



ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DOS INDICADORES ESSENCIAIS DA VERSÃO G4 DA *GLOBAL REPORTING INITIATIVE* (GRI), NO RELATÓRIO ANUAL 2014 DO FGTS

Marco Aurélio Arbex¹

RESUMO

O presente trabalho tem como foco a sustentabilidade, abordada aqui na amplitude de seu conceito (aspecto ambiental, aspecto social e aspecto econômico). Especificamente, buscou-se identificar o grau de aderência e evidenciação dos indicadores essenciais da versão G4 da *Global Reporting Initiative* (GRI) no relatório anual 2014 do FGTS. O tema apresenta especial relevância, dadas as características da organização estudada (organização pública com forte cunho social, presente na vida de milhões de brasileiros). A metodologia escolhida foi o estudo exploratório quanto aos fins (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007) e pesquisa documental quanto aos meios (BERTUCCI, 2008). Inicialmente, realizou-se a leitura do relatório anual 2014 do FGTS, seguido da leitura do documento da GRI G4: diretrizes para relato de sustentabilidade – partes 1 e 2, para que fosse possível analisar o relatório do FGTS à luz das diretrizes do GRI. Por fim, foi calculado o “grau de aderência” (GAPIE) e “grau de evidenciação” (GEE) (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2009) do relatório do FGTS às diretrizes do GRI-G4. Os resultados evidenciaram alto grau de aderência e evidenciação do relatório anual 2014 do FGTS às diretrizes GRI-G4. Aglutinando-se os aspectos de conteúdo “geral” e “específico”, o GAPIE e GEE ficaram em 85,5%. Ao analisar somente os indicadores de conteúdo “geral”, o GAPIE e o GEE atingiram 90,6%. Por fim, ao analisar os indicadores “específico”, obteve-se 80% no GAPIE e no GEE. O relatório anual 2014 do FGTS mostrou-se alinhado às diretrizes globais do GRI para relato da sustentabilidade.

Palavras-chave: FGTS, relatório de sustentabilidade, GRI-G4.

ABSTRACT

This work focuses on sustainability, discussed here in the breadth of his concept (environmental aspect, social aspect and economic aspect). Specifically, we sought to identify the degree of compliance and disclosure of the G4 version essential indicators from the Global Reporting Initiative (GRI) in the FGTS annual report 2014. The theme presents a particular importance, given the characteristics of the studied organization (public organization with strong social characteristics, present in the lives of millions Brazilians). The chosen methodology was the exploratory study (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007) and documentary research (BERTUCCI, 2008). Initially, the FGTS annual report 2014 was read, followed by the reading of the GRI G4 document: guidelines for reporting sustainability - Parts 1 and 2, to make it possible analyzing the FGTS reports based on the GRI guidelines. Finally, it was calculated the "degree of adhesion" (GAPIE) and "degree of disclosure" (GEE) (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2009) from the FGTS report due to the GRI-G4 guidelines. The results showed a high degree of compliance and disclosure of the FGTS annual report 2014 to GRI-G4 guidelines. Putting together both “general” and “specific” aspects, the GAPIE and GEE totaled 85,5%. By analyzing the “General” indicators, the GAPIE and GEE reached 90,6%. Finally, when analyzing the “specific” indicators, it was obtained 80% in GAPIE and GEE. The FGTS 2014 annual report is aligned with the GRI's global guidelines for sustainability reporting.

Keywords: FGTS, sustainability reporting, GRI -G4.

¹ Economista e Mestre em Administração (UEL). Docente da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos.
marcoarbex@gmail.com



INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a relação do homem com o planeta que habita foi passando por transformações. Isso inclui a relação do homem com outros homens, com a natureza e com os recursos econômicos (capital, recursos naturais, espaço físico) necessários à sobrevivência humana. A noção de que tais recursos são escassos e as necessidades humanas são ilimitadas já remonta três séculos e, portanto, não é nova (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014). Mesmo assim, o homem ainda está aprendendo a utilizar os recursos disponíveis de forma racional.

Especificamente, a partir dos anos 60 intensificou-se a preocupação do homem com o meio em que vive. Porém, foi necessário primeiramente passar pelos períodos de revolução industrial e produção em massa, pelo “homem máquina” e sua incessante busca pela eficiência produtiva (MAXIMIANO, 2013). Desde os anos 60, portanto, a sociedade, de modo geral, passou a se preocupar de forma mais intensa com o meio em que vive, ensejando a criação de movimentos e ações diversas em torno dessa relação. Surge então o Clube de Roma (anos 70) e as conferências da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre meio ambiente (incluindo a de 1972 em Estocolmo e a de 1992 no Rio de Janeiro, entre outras) (PASSOS, 2009).

Inicialmente, tais conferências tinham como foco a questão ambiental (relação do homem com a natureza). As discussões foram evoluindo até que se chegou a percepção de que sobrevivência humana ao longo dos anos passaria também pela redução das desigualdades (aspecto social), que necessariamente deve passar pela racionalidade na utilização dos recursos (aspecto econômico). A partir desse tripé (aspecto ambiental, social e econômico) chegou-se ao termo desenvolvimento sustentável, no final dos anos 80, publicado no relatório “Nosso futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. A partir de então, desenvolvimento sustentável passa a ser definido como o crescimento que “procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro” (WCED, 1987 apud FONSECA et al, 2014).

Nesse contexto, os aspectos “ambiental”, “social” e “econômico” passam a ser vistos de forma indissociáveis para a compreensão do termo “desenvolvimento sustentável”.



A partir de então, as práticas sustentáveis foram ganhando força nas organizações (públicas ou privadas), seja por preocupação legítima com o futuro do planeta, seja por força de legislação ou por perceber que tais práticas podem agregar valor ao negócio e gerar vantagens competitivas (BARBIERI et al, 2010). De qualquer forma, esse contexto propiciou o surgimento de organismos que viessem a auxiliar as organizações na implementação de uma gestão sustentável. Entre tais organismos encontra-se o GRI – Global Reporting Initiative, cujo objetivo é ajudar as organizações a entender e comunicar os impactos do seu negócio sobre temas críticos no contexto da sustentabilidade (GRI, 2016a). Nesse sentido, o GRI disponibiliza, desde 1999, orientações sobre como a organização deve reportar seus impactos no que se refere à sustentabilidade (a partir do tripé “ambiental-social-econômico”). Tais diretrizes foram evoluindo ao longo do tempo, encontrando-se atualmente na sua quarta versão (GRI G4, elaborada em 2013).

Este trabalho, portanto, está focado no tema da sustentabilidade, especificamente, na utilização das diretrizes GRI-G4. Como objeto do estudo, foi escolhida uma instituição pública, presente na vida de milhões de brasileiros – o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS). O problema de pesquisa pode, portanto, ser assim enunciado: “Qual o grau de aderência e evidenciação dos indicadores essenciais da versão G4 da Global Reporting Initiative (GRI) no relatório anual 2014 do FGTS?”

O objetivo deste trabalho é identificar o grau de aderência e evidenciação dos indicadores essenciais da versão G4 da Global Reporting Initiative (GRI) no relatório anual 2014 do FGTS. Especificamente,

O presente trabalho justifica-se, inicialmente, pela importância social do FGTS na vida dos brasileiros. De acordo com o relatório anual 2014 do FGTS (FGTS, 2015), existiam em 2014 mais de 132 milhões de contas ativas do FGTS no Brasil, foram financiadas quase 485 mil habitações com os recursos do FGTS e aproximadamente 57 bilhões de reais foram utilizados em financiamentos de habitação, saneamento e infraestrutura em 2014.

Como o desenvolvimento das atividades do FGTS é realizada com recursos dos trabalhadores, o trabalho ganha ainda mais importância, uma vez que a prestação de contas da instituição é de amplo interesse da sociedade.

Considerando, portanto, as características do FGTS e, considerando que as diretrizes da GRI para relato da sustentabilidade são amplamente aceitas no mundo, faz sentido que o relatório anual do FGTS seja analisado à luz de tais diretrizes. É nesse contexto que reside a importância do presente trabalho.



MÉTODOS

A presente pesquisa classifica-se, quanto aos fins, como exploratória. A pesquisa exploratória “tem como objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele” (CERVO, BERVIAN; DA SILVA, 2007 p.63), sendo seu planejamento “bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado” (GIL, 2010, p.45). Quanto aos meios, a pesquisa classifica-se como documental. Para Bertucci (2008 p.57) a pesquisa documental “consiste na realização de trabalho monográfico tendo como referência a leitura, a análise e a interpretação de documentos existentes acerca de um determinado fenômeno”. Tais relatórios podem, segundo a citada autora, ser compostos por documentos internos ou relatórios de organizações privadas ou públicas, mapas, fotos, notícias ou reportagens de jornais ou revistas, entre outros.

A unidade de análise da presente pesquisa é o relatório anual 2014 do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). O objetivo é analisar tal relatório à luz das diretrizes do GRI (já mencionadas no presente trabalho) para relatos de sustentabilidade.

A escolha pelo relatório do ano de 2014 justifica-se pelo seguinte fato: considerando a data de criação da versão GRI-G4 (ano de 2013), apenas o relatório 2014, de ações e resultados do FGTS, até o presente momento, é aderente a essa versão. Nesse contexto, a fim de evitar eventuais vieses interpretativos, o foco de análise deste artigo é o relatório de ações e resultados do ano de 2014. O relatório 2014 de ações e resultados do FGTS encontra-se disponível ao público no site do FGTS (<http://www.fgts.gov.br/downloads.asp>). Já os documentos da GRI utilizados na coleta de dados (G4: diretrizes para relato de sustentabilidade – parte 1 e parte 2) também encontram-se disponíveis ao público no site da GRI (<https://www.globalreporting.org>).

No relatório de sustentabilidade, a organização pode sinalizar o atendimento ou não atendimento a cada critério estabelecido pelas diretrizes do GRI. Dias (2006) e Carvalho (2007) apud Castro, Siqueira e Macedo (2009) desenvolveram o seguinte constructo para a análise do relatório das organizações:

- Aderência plena (APL): todos os dados requeridos no protocolo do respectivo indicador foram fornecidos pela organização;
- Aderência parcial (AP): os dados requeridos no protocolo do respectivo indicador foram parcialmente fornecidos pela organização;



- Dúbio (D): as informações fornecidas não são suficientes para o usuário avaliar se a aderência é plena ou parcial;
- Inconsistente (I): as informações fornecidas pela organização diferem daquelas requeridas no protocolo do indicador
- Não disponível (ND): a organização reconhece que a informação requerida é pertinente às suas atividades, mas não tem condição de fornecê-la;
- Não aplicável (NA): a organização reconhece que os dados requeridos pelo indicador não são pertinentes às suas atividades/setor de atuação;
- Omitido com justificativa (OJ): a organização omite a informação requerida pelo protocolo do indicador, apresentando uma justificativa para tal omissão (confidencialidade ou impedimento legal, por exemplo)
- Omitido (O): a organização omite a informação requerida pelo protocolo do indicador, sem apresentar justificativa para tal omissão

A partir da análise do relatório, utilizando o padrão acima exposto, é possível calcular o grau de Grau de Aderência Plena dos Indicadores Essenciais (GAPIE – mostra o quanto a empresa respeita as determinações estabelecidas pelo GRI) e de Evidenciação Efetiva (GEE- verifica o nível de informação que a empresa oferece aos clientes/público) (CASTRO, SIQUEIRA; MACEDO, 2009). A fórmula para o cálculo de tais indicadores está ilustrada na figura 1.

$$\text{GAPIE} = \frac{\text{Total dos Indicadores com "APL"} + \text{Total dos Indicadores "OJ"}}{\text{Total dos Indicadores Essenciais} - \text{Totais dos Indicadores "NA"}}$$

Fontes: Dias (2006); Carvalho (2007)

$$\text{GEE} = \frac{\text{Total dos Indicadores com "APL"}}{\text{Total dos Indicadores Essenciais} - \text{Totais dos Indicadores "NA"}}$$

Figura 1: Forma de cálculo dos índices “GAPIE” e “GEE”

Fonte: Castro, Siqueira e Macedo (2009)

Os resultados obtidos a partir da fórmula exposta na figura 1 podem variar de 0% (menor grau de aderência e evidenciação) a 100% (maior grau de aderência e evidenciação). A partir de tais percentuais, classifica-se a aderência e evidenciação em graus: alto, médio ou baixo, conforme exposto a seguir (CASTRO; SIQUEIRA; MACEDO, 2009):

- i) 0% a 25% do GAPIE ou no GEE: baixo grau



ii) acima de 25% a 62%: médio grau

iii) acima de 62%: alto grau.

Na seção a seguir, são apresentados os resultados da aderência dos indicadores padrão “geral” e dos indicadores padrão “específico” do relatório do FGTS em relação ao proposto pela GRI-G4.

RESULTADOS

Resultado dos indicadores padrão “geral”

Em síntese, a maioria dos indicadores (29 itens) apresentaram aderência plena (APL). Apenas dois indicadores foram avaliados como “não aplicável” (NA): item G4-15 (cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente), sobre o qual o relatório do FGTS informa que “não subscreve ou endossa cartas ou princípios dessa natureza” (FGTS, 2015, p.84); item G4-16 (participação em associações e organizações), sobre o qual o FGTS informou não participar de tais órgãos, afirmando que o Conselho Curador é formado por representantes de trabalhadores, empregadores e governo.

Dois indicadores foram avaliados como de aderência parcial (AP): um deles é o G4-12 (descrição da cadeia de fornecedores da organização). Sobre tal indicador, o GRI pede que sejam relatados os principais elementos da cadeia de fornecedores em relação às principais atividades, produtos e serviços da organização (GRI, 2015b). O relatório 2014 de ações e resultados do FGTS (FGTS, 2015) informou que o Fundo não realiza compras diretamente, afirmando apenas que tal função ficaria a cargo da Caixa e que existe um sistema corporativo com mais de 5 mil fornecedores registrados. Porém, sendo Caixa é o agente operador do FGTS, entendeu-se que deveria haver mais detalhes sobre tal processo.

O outro indicador avaliado como de “aderência parcial” (AP) é o G4-21 (Limite, fora da organização, de cada aspecto material). Sobre esse indicador, o GRI-G4 (GRI, 2015b) solicita que para cada aspecto material, a organização relate se este é um aspecto material de fora da organização. No relatório 2014 do FGTS, o Fundo identifica os aspectos materiais fora da organização, mas não delimita claramente quem são essas unidades ou grupos, para cada aspecto material identificado. O relatório informa de forma generalizada que “os impactos ocorridos fora da instituição (...) se estendem a toda sociedade brasileira, aos entes envolvidos na gestão do FGTS e ao poder público” (FGTS, 2015, p.10).



Apenas um indicador foi avaliado como “dúbio” (D): o indicador G4-14 (descrição sobre como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução). A análise do relatório do FGTS mostrou que organização mencionou tal indicador em diversas passagens no referido relatório, porém sem evidenciar claramente a representação do referido indicador. Essa abordagem, porém, deixa o usuário em dúvidas sobre o atendimento ao indicador, conforme as diretrizes do GRI-G4. Tal indicador (G4-14) é citado, inclusive, referindo-se a criação da Política socioambiental do FGTS. Embora tal tema apresente aderência ao indicador, a menção à tal política é apresentada de forma superficial, sem detalhamento que evidencie a utilização do princípio da precaução. A figura 2 sintetiza os resultados dos indicadores padrão “geral”.

Conteúdos padrão “gerais” - essencial	Indicador GRI-G4	Análise do indicador no relatório 2014 do FGTS
Estratégia e análise	G4-1	APL
Perfil organizacional	G4-3	APL
	G4-4	APL
	G4-5	APL
	G4-6	APL
	G4-7	APL
	G4-8	APL
	G4-9	APL
	G4-10	APL
	G4-11	APL
	G4-12	AP
	G4-13	APL
	G4-14	D
	G4-15	NA
G4-16	NA	
Aspectos materiais identificados e limites	G4-17	APL
	G4-18	APL
	G4-19	APL
	G4-20	APL
	G4-21	AP
	G4-22	APL
Engajamento dos <i>stakeholders</i>	G4-23	APL
	G4-24	APL
	G4-25	APL
	G4-26	APL
Perfil do relatório	G4-27	APL
	G4-28	APL
	G4-29	APL
	G4-30	APL
	G4-31	APL
	G4-32	APL
Governança	G4-33	APL
Ética e integridade	G4-34	APL
Conteúdos setoriais gerais	G4-56	APL
	Devem ser incluídos se disponíveis para o setor de atuação da organização	Não possui

**Figura 2:** Análise dos indicadores padrão “geral”

Fonte: Elaborado pelo autor

Resultado dos indicadores padrão “específicos”

Os conteúdos específicos dependem da materialidade (relevância para a organização). Nesse sentido, cada organização deve identificar os aspectos materiais relevantes para a elaboração do relatório. Para tanto, o FGTS consultou stakeholders através da aplicação de questionário com 16 temas de ordem econômica, social e ambiental a 16 gerências de Filial FGTS (GIFUG), membros dos Conselhos de Clientes do Agente Operador do FGTS e integrantes do Conselho Curador do FGTS e do Grupo de Apoio Técnico Permanente (GAP). Além disso, o Fundo avaliou as fontes secundárias (FGTS, 2015): relatórios de gestão do FGTS; temas diversos encontrados pelo sistema de monitoramento de reportagens e notícias publicadas em jornais e na internet (Clipping CAIXA); relatórios de sustentabilidade da CAIXA. A figura 3 apresenta os resultados relativos a tais indicadores, seguindo as categorias padrão específico do GRI (econômica, ambiental e social).

Categorias padrão “específico”		Conteúdos “padrão específico” utilizadas no relatório 2014 do FGTS	Indicador GRI-G4	Análise do indicador no relatório 2014 do FGTS
Econômica	Desempenho econômico		G4-EC1	APL
			G4-EC4	NA
	Presença de mercado		G4-EC5	AP
			G4-EC6	APL
	Impactos econômicos indiretos		G4-EC7	APL
			G4-EC8	APL
Ambiental	Materiais	G4-EN1	APL	
	Água	G4-EN8	AP	
	Biodiversidade	G4-EN11	APL	
	Produtos e serviços	G4-EN27	D	
	Conformidade	G4-EN29	APL	
Social	Práticas trabalhistas e trabalho decente	Emprego	G4-LA2	APL
		Saúde e segurança no trabalho	G4-LA5	AP
			G4-LA7	NA
			G4-LA8	AP
		Treinamento e educação	G4-LA10	APL
	Diversidade e igualdade de oportunidades	G4-LA12	APL	
	Direitos Humanos	Investimentos	G4-HR1	D
			G4-HR2	APL
		Não discriminação	G4-HR3	APL
		Liberdade de associação e negociação coletiva	G4-HR4	APL
Trabalho infantil		G4-HR5	APL	
Trabalho forçado ou análogo ao escravo		G4-HR6	APL	
Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos	G4-HR12	APL		
Sociedade	Comunidades locais	G4-SO1	APL	



			G4-SO2	APL	
		Combate à corrupção	G4-SO5	APL	
		Políticas públicas	G4-SO6	APL	
		Conformidade	G4-SO8	APL	
	Responsabilidade pelo produto	Rotulagem de produtos e serviços		G4-PR4	APL
				G4-PR5	APL
		Privacidade do cliente		G4-PR8	APL

Figura 3: Análise dos indicadores padrão “geral”**Fonte:** Elaborado pelo autor

Em síntese, a maioria dos indicadores (24 itens) apresentaram aderência plena (APL). Dois indicadores (EC-4 – ajuda financeira significativa recebida do governo e LA-7 – Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas a sua ocupação representados em comitês formais de segurança e saúde) foram classificados como não aplicáveis (NA) na organização. Outros quatro indicadores foram avaliados como de aderência parcial (AP) e dois indicadores foram avaliados como dúbios (D). Esses itens avaliados como dúbios e de aderência parcial serão comentados com mais detalhes abaixo.

Primeiramente, serão abordados os indicadores avaliados como de “aderência parcial” (AP). O primeiro deles é o G4-EC5 (proporção entre o salário mais baixo da organização e o salário mínimo local por gênero): sobre tal indicador, o GRI-G4 (GRI, 2015b, p.78) pede que a organização “identifique e compare (em termos percentuais) o salário mínimo local com o salário mais baixo da organização, discriminado por gênero. Para organizações que só oferecem empregos assalariados, converta o salário em uma estimativa de remuneração por hora de trabalho”. No relatório 2014 do FGTS (FGTS, 2015), consta apenas a informação de que as funções de membro do Conselho Curador não são remuneradas, que os salários dos colaboradores não estão vinculados às regras do salário mínimo e que não há diferença salarial entre homens e mulheres. No entanto, não há quantificação das informações, conforme solicitado pelo GRI-G4.

Outro indicador avaliado como de “aderência parcial” (AP) é o G4-LA5 (Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde). O GRI-G4 (GRI, 2015, p.156) solicita que a organização “Relate em que nível cada comitê formal de saúde e segurança constituído por empregados de diferentes níveis hierárquicos opera normalmente dentro da organização” e que relate ainda “o percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança constituídos por empregados de diferentes níveis hierárquicos da organização”. Sobre tal indicador, o relatório 2015 do Fundo (FGTS, 2015) menciona apenas a existência da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes



(CIPA), formada totalmente por empregados da CAIXA, responsáveis também pela eleição de seus membros.

Mais um indicador avaliado como de “aderência parcial” (AP) é o G4-LA8 (Temas relativos a saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos). O GRI-G4 (GRI, 2015b, p.160) solicita que a organização “Relate se acordos formais (locais ou globais) com sindicatos abordam tópicos de saúde e segurança”. Em caso positivo, a organização deve relatar “até que ponto, em termos percentuais, os diversos tópicos de saúde e segurança são abordados nesses acordos”. O relatório 2014 do FGTS (FGTS, 2015) afirma que os acordos com sindicatos abordam tópicos de saúde e segurança, porém não os quantifica, como solicitado.

O último indicador avaliado como de “aderência parcial” (AP) é o G4-EN8 (Total de retirada de água por fonte). O GRI-G4 (GRI, 2015b, p.9) solicita que a organização identifique o volume total de água retirada de qualquer fonte hídrica, incluindo água fornecida por empresa de abastecimento (pública ou privada). O relatório 2014 do FGTS (FGTS, 2015) informa que o Agente Operador (Caixa) incentiva ações para a economia de insumos cotidianamente e que houve economia no uso da água entre 2012 e 2014; porém, o relatório do FGTS não indica a(s) fonte(s) da água utilizada nem os respectivos volumes retirados.

Houveram ainda indicadores avaliados como dúbios (D). O detalhamento da análise de tais indicadores encontra-se a seguir. O primeiro deles é o G4-EN27 (Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços): sobre tal indicador, o GRI-G4 (GRI, 2015b, p.131) pede que a organização “relate quantitativamente até que ponto os impactos ambientais causados por produtos e serviços foram mitigados no decorrer do período coberto pelo relatório e; se valores relacionados ao uso forem utilizados, relate os pressupostos relacionados aos padrões de consumo ou fatores de normalização adotados”. Este indicador foi avaliado como dúbio (D) pois embora existam números no relatório 2014 do FGTS que indiquem redução do uso da água, não ficou claro se a redução do volume utilizado foi causado por ações internas ou por transferência de responsabilidade (processos de outsourcing), o que, não necessariamente, significa mitigação dos impactos ambientais.

O outro indicador avaliado como dúbio (D) é o G4-HR1 (Acordos e contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos): sobre tal indicador, o GRI-G4 (GRI, 2015b, p.180) solicita que a organização “identifique se esses acordos e contratos contêm cláusulas relativas a direitos humanos. Em caso afirmativo, contabilize o número total de contratos que contenham cláusulas dessa natureza”. O relatório



2014 do FGTS (FGTS, 2015) informou que todos os contratos entre o Agente Operador (Caixa) e os Agentes Financeiros preveem cláusulas relativas a direitos humanos. Porém não identificou programas desenvolvidos para avaliar acordos ou contratos existentes com base em critérios relativos a direitos humanos nem contabilizou o número total de acordos ou contratos submetidos a uma avaliação de direitos humanos.

DISCUSSÃO

A partir de tais resultados, é possível calcular o Grau de Aderência Plena dos Indicadores Essenciais (GAPIE) e o Grau de Evidenciação Efetiva (GEE) para o relatório 2014 do FGTS (conforme exposto na seção “Métodos”). A figura 4 ilustra o resultado obtido com tal cálculo para o relatório 2014 do FGTS, aglutinando-se os indicadores do padrão “gerais” com os indicadores do padrão “específico”. Observou-se alto grau de aderência (85,5%) e de evidenciação (85,5%) do relatório 2014 de ações e resultados do FGTS ao padrão GRI.

Indicador	Critério	Quantificação
<i>GAPIE</i>	Total de indicadores GRI	66
	Total de indicadores APL	53
	Total de indicadores OJ	-
	Total de indicadores NA	4
Resultado GAPIE:	85,5% (alto grau de aderência)	
<i>GEE</i>	Total de indicadores GRI	66
	Total de indicadores APL	53
	Total de indicadores NA	4
Resultado GIEE:	85,5% (alto grau de evidenciação)	

Figura 4: Cálculo do GAPIE e do GIEE (total: padrão “geral” e padrão “específico”)
Fonte: Elaborado pelo autor

Ao segmentarmos o resultado por categoria (“padrão geral” e “padrão específico”), obtivemos resultados distintos. A figura 5 ilustra o resultado do GAPIE e do GEE para os indicadores do “padrão geral” enquanto a figura 6 ilustra tais resultados para os indicadores do “padrão específico”. Quanto ao padrão geral, observa-se um grau ainda maior de aderência e evidenciação (90,6% para ambos os indicadores).



Indicador	Critério	Quantificação
<i>GAPIE</i>	Total de indicadores GRI	34
	Total de indicadores APL	29
	Total de indicadores OJ	-
	Total de indicadores NA	2
Resultado GAPIE:	90,6% (alto grau de aderência)	
<i>GEE</i>	Total de indicadores GRI	34
	Total de indicadores APL	29
	Total de indicadores NA	2
Resultado GIEE:	90,6% (alto grau de evidênciação)	

Figura 1: Cálculo do GAPIE e do GIEE (apenas padrão “geral”)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao padrão específico, observa-se uma pequena redução no grau de aderência e evidênciação (80% para ambos os indicadores), mas ainda permanecendo na zona de alto grau de aderência e evidênciação.

Os resultados mostram a maturidade da organização avaliada no que refere-se ao relato das suas práticas sustentáveis. Como já exposto neste trabalho, a organização utiliza o padrão GRI para tais relatos desde 2008, o que evidencia uma certa experiência nessa prática.

Indicador	Critério	Quantificação
<i>GAPIE</i>	Total de indicadores GRI	32
	Total de indicadores APL	24
	Total de indicadores OJ	-
	Total de indicadores NA	2
Resultado GAPIE:	80% (alto grau de aderência)	
<i>GEE</i>	Total de indicadores GRI	32
	Total de indicadores APL	24
	Total de indicadores NA	2
Resultado GIEE:	80% (alto grau de evidênciação)	

Figura 2: Cálculo do GAPIE e do GIEE (apenas padrão “específico”)

Fonte: Elaborado pelo autor.

De qualquer forma, há ainda espaço para aprimorar esses reportes nos anos vindouros, especialmente nos indicadores da categoria “padrão específico”. Especificamente, a organização deixou de quantificar informações solicitadas, o que gerou as classificações “Aderência parcial” (AP) ou “Dúbio” (D) para alguns aspectos.

CONCLUSÃO



Como relatado ao longo do trabalho, a sustentabilidade foi sendo incorporada na vida das organizações ao longo dos anos, chegando a tornar-se fonte importante de competitividade para muitas delas. Em um primeiro momento, poderia se pensar que o termo sustentabilidade estaria ligado apenas ao aspecto ambiental, de forma que sua aplicabilidade estaria diretamente ligada apenas a empresas privadas, especialmente indústrias. No entanto, com a evolução da compreensão da sustentabilidade, a sociedade foi entendendo a universalidade do conceito e sua aplicabilidade em qualquer segmento da sociedade (famílias, empresas do setor primário, secundário ou terciários, públicas ou privadas, de qualquer porte ou localização).

Nesse contexto, este trabalho buscou identificar o grau de aderência e evidenciação dos indicadores essenciais da versão G4 da Global Reporting Initiative (GRI) no relatório anual 2014 do FGTS. Tal tema apresentou especial relevância, dadas as características da organização estudada (organização pública com forte cunho social, presente na vida de milhões de brasileiros).

Os resultados evidenciaram alto grau de aderência e evidenciação do relatório anual 2014 do FGTS às diretrizes GRI-G4. Aglutinando-se os aspectos de conteúdo “gerais” e “específicos”, o grau de aderência (GAPIE) e o grau de evidenciação (GEE) ficaram em 85,5%. Ao analisar somente os indicadores de conteúdo “gerais”, o grau de aderência (GAPIE) e o grau de evidenciação (GEE) atingiram em 90,6%. Por fim, ao analisar apenas os indicadores de conteúdo “específicos”, obteve-se 80% nos índices de aderência (GAPIE) e evidenciação (GEE). O relatório anual 2014 FGTS mostrou-se, portanto, alinhado às diretrizes globais para relato da sustentabilidade.

Nos conteúdos padrão “gerais”, os indicadores avaliados como de aderência parcial (AP) são os indicadores G4-12 (descrição da cadeia de fornecedores da organização) e o indicador G4-21 (Limite, fora da organização, de cada aspecto material); o indicador avaliado como dúbio (D) é apenas o indicador G4-14 (descrição sobre como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução).

Como mencionado no trabalho, nos conteúdos padrão “específicos”, os indicadores avaliados como de aderência parcial (AP) são os indicadores G4-EC5 (proporção entre o salário mais baixo da organização e o salário mínimo local por gênero, G4-LA5 (Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde), G4-LA8 (Temas relativos a saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos) e G4-EN8 (Total de retirada de água por fonte). Os indicadores avaliados como dúbios (D) são



os indicadores G4-EN27 (Extensão da mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços) e G4-HR1 (Acordos e contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos).

Para estudos futuros sobre o tema, sugere-se realizar análise do relatório 2015 do FGTS, utilizando o mesmo referencial (diretrizes GRI-G4) a fim de verificar os avanços realizados nos indicadores que apresentaram aderência parcial ou foram avaliados como dúbios. Sugere-se ainda, a títulos de trabalhos futuros, apresentar soluções ou metodologias para a organização aprimorar o relato dos indicadores avaliados como de aderência parcial ou dúbios.

Por fim, cabe lembrar que a prática da sustentabilidade organizacional é um processo de melhoria contínua, que deve ser internalizada na cultura organizacional para se manter perene. O papel dos líderes nesse processo é fundamental, mas não suficiente. É necessário envolver todos na organização (assim como os stakeholders fora dela), de forma que todos os envolvidos entendam tais práticas como inerentes aos valores daquela organização. Só assim o conceito de desenvolvimento sustentável terá sido compreendido de fato.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, jun. 2010.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. *Metodologia básica para elaboração de trabalho de conclusão de curso (TCC)*. São Paulo: Atlas, 2008.

CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica Sul-americano. *Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais (12)*. SIMPOI, FGV/EASP, 2009 Anais... São Paulo: 2009 .

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. *Metodologia Científica*. 6ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. *Fazendo Justiça: A história do FGTS*. 2006. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/Downloads/fgts-relatorios-aco-es-resultados-fgts/Livro40Anos_F.pdf. Acesso em 22 de novembro de 2015.

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. *Relatório anual 2014*. 2015. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/Downloads/fgts-relatorios-aco-es-resultados-fgts/RA_FGTS2014.pdf. Acesso em 12 de novembro de 2015.



FONSECA, L. P.; MADRUGA, L. R. R. G.; MAZZA, V. M. S.; TEIXEIRA, M. G. T.; STRECK, L. Cooperativismo e sustentabilidade: um estudo sobre a produção científica na base web of Science. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas. RGC - Santa Maria, RS, N° 01, Vol. 01, 1° Sem. 2014. Disponível em: periodicos.ufsm.br/rgc/article/download/15486/pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRI - Global Reporting Initiative. G4 – Diretrizes para relato da sustentabilidade (Parte 1 – Princípios para relato e conteúdos padrão). 2015a. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>. Acesso em 03 de fevereiro de 2016.

GRI - Global Reporting Initiative. G4 – Diretrizes para relato da sustentabilidade (Parte 2 – Manual de implementação). 2015b. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-Two.pdf>. Acesso em 03 de fevereiro de 2016.

GRI – Global Reporting Initiative. About GRI. 2016a. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

GRI – Global Reporting Initiative. About sustainability reporting. 2016b. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/sustainability-reporting/Pages/default.aspx>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

MAXIMIANO, A. C. A. Teoria Geral da Administração. 7ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PASSOS, P. N. C. A CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO COMO PONTO DE PARTIDA PARA A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Direitos Fundamentais e Democracia. ISSN: 1982-0496 Vol. 6 (2009). Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/18-19-1-pb.pdf>. Acesso em 16 de março de 2016.

VASCONCELLOS, M. A; GARCIA, M. E. Fundamentos da Economia. 5ed. São Paulo: Saraiva, 2014.